MORADIAS PRECÁRIAS EM LONDRINA: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

MELCHIOR, Lirian. UNESP / Ourinhos/ Presidente Prudente. lirian@ourinhos.unesp.br
SILVA, William Ribeiro da. UNESP / Presidente Prudente. williamribeiro@hotmail.com

1. Introdução

Muito já se discutiu sobre a problemática das moradias precárias entre as cidades de escala metropolitana, no entanto, a partir dos últimos vinte anos, há um agravamento deste problema, que chega a atingir cidades pequenas e médias. Dessa maneira, é necessário realizar uma discussão que se aprofunde nas causas dos problemas da moradia, relacionando os agentes e interesses envolvidos e questionando quais seriam as possíveis soluções ao dado problema.

A cidade de Londrina, que desde o momento de sua criação, suscita representações que conduzem à idéia de progresso, sendo considerada uma cidade que comanda a rede urbana do Norte do Paraná, é apontada na mídia e no imaginário social como sendo "próspera" e, que, portanto, nas representações populares, não se relaciona a problemas. Muitas campanhas publicitárias de empresas de Londrina ou das próprias gestões municipais, procuram enfatizar esta idéia de progresso, com expressões e frases como: "da gente brava, guerreira, pioneira e vencedora" e, também, da "beleza" da cidade, com uma abundante verticalização, praças arborizadas, a "tranqüilidade" do Lago Igapó, portanto, de uma cidade de pessoas que possuem condições de vida que seriam invejáveis.

A partir de tais fatos e partindo de dados que revelam que grande parcela da população londrinense não possui acesso a esta "realidade", nos propusemos a reabrir a discussão sobre a questão da moradia numa área urbana não metropolitana, mas que apresenta graves problemas relacionados a moradia e onde se travam muitos conflitos sobre a posse de terras urbanas ocupadas por famílias de "sem tetos".

Neste texto, procuraremos discutir a maneira como a população excluída do "progresso" alcançado pela cidade se insere na mesma e quais seriam as representações que fazem da cidade "bela", já que residem em áreas que possuem graves problemas de saneamento, higiene etc, ou seja, áreas que dificilmente poderiam ser consideradas "belas", mas que estão dentro dos limites urbanos de Londrina. Iremos, para tanto, discutir conceitualmente a "pobreza", como ela pode ser classificada e quais os elementos necessários para servirem de parâmetros; as maneiras que estas questões foram anteriormente tratadas; as relações com o problema da fome; os agentes envolvidos; a questão da segregação no espaço urbano; a moradia precária e quais as condições de vida dos moradores das áreas de Londrina; as ocupações de áreas enquanto formas de resistência diante da condição de espoliação total.

Estes serão, portanto, os questionamentos que iremos procurar desenvolver no desenrolar do texto, pensando discutir o problema como forma de aumentar a conscientização e sensibilizar pessoas envolvidas com a gestão municipal, afinal, o que não é "belo" também é realidade e precisa ser mostrado e discutido.

2. A Questão da Pobreza

O problema da pobreza deve ser entendido como uma questão estrutural e, portanto, necessita do entendimento de relações que transitam em diversas escalas, relacionadas aos conflitos pelo poder e às influências da expansão do processo de globalização ou, conforme chama Boaventura de Sousa Santos, "dos processos da globalização" que, segundo o autor, devem ser entendidos a partir das relações que resultaram do consenso neoliberal decretado em Washington e que desencadeou, por parte dos detentores do grande capital internacional, numa atuação conjunta de opressão e domínio sobre as nações e povos da periferia do mundo, acarretando em processo de Globalização em suas esferas econômica, política, social e cultural. (SANTOS, 2002)

De acordo com a tendência de acentuação da pobreza nas periferias do mundo, e no próprio centro, passamos a pensar o que é a pobreza, como ela se manifesta, quais são seus sintomas e quais as possibilidades de resolver tal problema.

Segundo Santos (1979, p. 9-10),

> A pobreza existe por toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que comparações de diferentes séries temporais levam freqüentemente à confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, muda ao longo do tempo; a definição dos fenômenos resultantes também muda.
> [...]
> um fenômeno tão sintético e complexo não pode ser compreendido através do estudo isolado de fragmentos de informações. Somente um exame do contexto, responsável num dado momento por uma determinada combinação, pode ser de alguma ajuda para a construção de uma teoria coerente e capaz de servir como base para a ação.
> [...]
> o assunto exige um tratamento dinâmico, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta – pois do contrário haverá ênfase em soluções parciais que são mutuamente contraditórias. O problema essencial está na estrutura analítica escolhida, ou seja, na tentativa de uma teorização adequada.

Sendo assim, não basta apenas quantificar a pobreza, mas sim, compreender o fenômeno em si, com suas diferentes faces e raízes, sendo, como já dito anteriormente, um problema estrutural e, como tal, não é passível de resolução através de soluções pontuais. A proliferação da pobreza pelo mundo vem aumentando, demonstrando que o sistema está com problemas, como se verifica nas análises de Robert Kurz sobre o Colapso da modernização, em que discute a existência de um terço de pobres na periferia do mundo, fato que chegaria a inviabilizar o sistema mundial produtor de mercadorias, pois reduz-se a possibilidade de consumo, e, portanto, da reprodução capitalista. (KURZ, 1999)

O assunto da pobreza já foi analisado por vários pesquisadores sob diferentes enfoques, como os clássicos: "Geografia da Fome" de Josué de Castro, que revela problemas de subnutrição no Brasil e "Geopolítica da Fome", do mesmo autor, onde mostra os problemas generalizados em várias partes do mundo.(CASTRO, 1963a ; 1963b; 1965)

Sendo a fome um elemento que se faz conseqüente da pobreza, levanta-se, neste texto, a associação deste problema com o das moradias precárias nas cidades, o qual vislumbra, como fenômeno que não pode ser pensado isoladamente, mas sim, compreendido face aos contextos em diferentes escalas, inclusive, a da própria estruturação do espaço urbano contemporâneo, que segue a lógica do modo capitalista de produção, ou seja, que orienta a seletividade e a exclusão.

3. Da questão Urbana a questão da moradia

A partir de considerações realizadas por Santos (1994), Castells (2000), Sposito (1999) e Corrêa (1995) entendemos a cidade como um espaço onde as contradições se mostram e se reproduzem com maior facilidade, de modo que as divisões social e territorial do trabalho se manifestam de forma mais intensa. Surgem várias formas de uso do solo num mesmo espaço, sendo estas, de concentração comercial, prestação de serviços, industrial, residencial – complementares e concorrentes. Sendo, então, produto do trabalho humano materializado e territorializado.

A dinâmica das cidades é resultado da interação entre suas partes, em que as relações de produção, circulação e consumo, fundamentais no modo capitalista de produção, exigem uma constante mutação e adaptação de suas formas através dos processos espaciais.

Para Corrêa (1995), a cidade se mostra fragmentada e, ao mesmo tempo, articulada, sendo uma condicionante social e um local onde as classes sociais e seus conflitos se reproduzem.

A cidade é, então, um espaço dinâmico, com a atuação constante dos agentes produtores do espaço urbano, sendo local da reprodução das classes sociais no modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, ela resulta do conjunto das práticas sociais como os conflitos sociais, econômicos e políticos que se expressam no interior da sociedade

Pode-se encontrar cidades por toda parte do mundo, em diferentes tamanhos e formas, com funções distintas e com agentes modeladores diferentes, no entanto, tentamos apontar algumas condições que podem desenvolver a cidade, tal como a conhecemos atualmente.

As cidades existem desde a Antigüidade, tendo percorrido diferentes modos de produção e proliferando-se enquanto expressão territorial da Urbanização. No entanto, é a partir da evolução do modo de produção capitalista que estas alcançam uma maior distribuição mundial. O desenvolvimento das cidades, sob a égide desse modo de produção, intensificou as divisões social e territorial do trabalho. (SPOSITO, 1999)

Singer (1998) considera que para a formação da cidade é necessária a existência da produção de excedente no campo e da consolidação da relação de dominação e de exploração, portanto, da participação diferenciada no processo de produção e de distribuição. Ou seja, trata-se de uma sociedade de classes com divisão social e territorial do trabalho.

Percebe-se que a cidade é originada de um processo histórico de urbanização, que se tornou possível pela intensificação da divisão do trabalho permitindo a liberação de uma parcela da população das atividades relacionadas à produção de alimentos. Isto possibilitou a ocorrência de

especializações do trabalho, o que ampliou as relações comerciais, que, entre outros aspectos, são fundamentais para a existência das cidades.

> A questão da moradia é primordialmente a de sua crise. Falta de conforto e de equipamentos superpovoamento (apesar do subpovoamento de certas moradias), velhice, insalubridade tornam esta questão uma experiência vivenciada por grande parte da população: dois franceses em cinco vivem numa moradia superpovoada. O que caracteriza esta crise é que ela afeta outras camadas sociais além das que se encontram embaixo da escala de rendas e atinge amplos setores dos estratos médios, que se situam melhor em outros domínios do consumo, mas não podem escapar da penúria das moradias, suscitada pela concentração urbana. (CASTELLS, 2000, p. 222)

Sendo assim, o que Manuel Castells chamou de "Questão Urbana", o fato de existirem contradições inerentes ao espaço urbano que são oriundas do modo capitalista de produção, suscita uma discussão da "Questão da moradia", termo criado por F. Engels, que evidencia um problema localizado no interior do espaço urbano, que o permeia e que atinge grande parte da população que habita as cidades. Podemos encontrar os sintomas da crise da moradia sob várias perspectivas:

-do déficit habitacional, onde se trabalha a relação de defasagem entre o ritmo de crescimento da população e a construção de novas unidades habitacionais;

-da exclusão de parte da população do mercado de produção de residências, ou seja, de uma parcela da população que não consegue adquirir suas moradias e, também, não se enquadra nos "critérios" para obtenção de financiamentos para compra de residências.

Esta parcela que não possui poder de compra para constituir sua moradia, somente pode ter acesso a tal bem, se houver intervenção do Estado, como financiador da compra, mas como isto suscita um "desequilíbrio" entre a oferta e a procura de moradias, o mesmo, muitas vezes, se ausenta de tal tarefa, ou, quando o faz, tem interesses "eleitoreiros".

Sendo assim, somente resta para grande parte da população que vive nas cidades, morar de aluguel ou de forma precária, em favelas, cortiços, morros, fundos de vale, encostas etc., contradizendo a suposta melhora no padrão de vida da sociedade de consumo do mundo ocidental contemporâneo.

4. A Questão da moradia em Londrina

Londrina foi fundada em 21 de agosto de 1929, tendo surgido em uma "clareira na mata virgem", foi elevada à condição de município em 10 de dezembro de 1934 (SCHWARTZ, 1997), portanto, um município relativamente jovem, mas que teve um crescimento populacional rápido, atingindo atualmente uma população de 446.849 habitantes – dados do IBGE, 2000 - sendo considerado o terceiro município do sul do Brasil em importância econômica e em população.

A cidade foi criada como conseqüência do loteamento implementado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), fazendo parte de um contexto mais amplo de colonização do

norte do Estado do Paraná, onde se planejou a criação de cidades que obedeceriam a funções diferenciadas, de acordo com a sua localização. As cidades menores foram distribuídas num intervalo de cada 20 Km de distância e a cada 100 Km, foram implantadas cidades com funções centralizadoras. Esta Companhia foi beneficiada por relações de favorecimento dos governos estadual e federal, fato que demonstrava e reforçava o avanço, na época, do capitalismo inglês pelo Brasil. "Apesar do predatório desmatamento, porém graças à fertilidade das terras roxas, a diversos favores oficiais e a um eficiente plano de loteamento, ficaram assegurados os extraordinários lucros dos ingleses." (JOFFILY, 1985, p.114)

A cidade de Londrina foi, inicialmente, projetada para comportar 20.000 habitantes, mas este número foi rapidamente superado ainda nos seus primeiros 20 anos de existência. Este plano inicial da cidade coincide com a área do atual Centro Principal e demonstra a estratégia dos colonizadores que projetaram a cidade no alto do divisor de águas entre os cursos hídricos dos Ribeirões Cambezinho e Quati, onde as "classes dominantes", conforme chama Tomazzi (2000), logo se instalaram nas melhores áreas e trataram de consolidar seu poder com a implementação de estabelecimentos comerciais que abasteciam os trabalhadores que chegavam para o trabalho na construção civil e na agricultura do município.

Portanto, Londrina nasce de forma tipicamente capitalista, ou seja, sob a égide do mecanismo de mercado, onde imperam as transações imobiliárias, surgem os loteamentos e as ruas segundo a racionalidade do impacto do automóvel, fato que se intensifica a partir dos anos de 1970. E, seguindo a lógica capitalista, há uma tendência a segregação socioespacial e a exclusão de parcela da população do acesso aos meios de consumo coletivo e da moradia. Conjuntamente, segundo Sposito (1999), para compreensão do espaço urbano atual há necessidade em se pensar na redefinição do par dialético centro e periferia, pois as famílias de maior poder aquisitivo que residiam nas grandes casas do centro da cidade buscam outras áreas fora do Centro Principal para construírem suas moradias e, mais recentemente, estão fixando residência em áreas bem distantes do Centro Principal, nos condomínios horizontais fechados de alto padrão, ao mesmo tempo instalam-se algumas favelas em áreas muito próximas do Centro Principal, o que faz com que se tenha, em termos de segmentos socioespaciais, o centro na periferia e a periferia no centro, mas, desta vez, de uma maneira em que a convivência entre os diferentes seja minimizada pelas práticas segregacionistas.

Durante os anos de 1970, em Londrina, sob uma administração municipal de caráter populista, iniciou-se, apoiada em política habitacional do governo federal, a formação de conjuntos habitacionais populares que serviriam para habitação das camadas excluídas do mercado imobiliário. Estes conjuntos foram construídos em áreas muito distantes do Centro Principal, permitindo a existência de vazios urbanos na área intermediária entre o tecido urbano já constituído e os novos conjuntos, possibilitando a valorização fundiária, pois neles se alocaria uma infra-estrutura que contribuiria para tal.

A instalação da população nas áreas periféricas trouxe uma contradição bastante significativa, pois houve uma forte verticalização na área do Centro Principal, e, em contrapartida, um crescimento horizontal, também acelerado, em todas as direções da cidade de Londrina.

> A produção do espaço gera, portanto, zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo: nelas a um custo econômico alto corresponde um ônus social medido em termos de infra-estrutura e serviços públicos – praticamente nulo. Por outro lado, nas zonas onde esses elementos são praticamente inexistentes – que são as únicas a que a população pauperizada tem acesso – custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus social medido em termos de espoliação urbana é extremamente alto. (KOWARICK, 2000, p. 27-28)

A citação de Lúcio Kowarick nos remete à lógica da produção do espaço urbano, em que a produção se faz de forma coletiva, sendo uma construção social, mas a apropriação desse espaço, se faz de forma privada, com grandes diferenciações e com uma seletividade que obedece aos interesses e ditames da sociedade capitalista. O autor faz alusão ao que chama de "espoliação urbana", que se trata da

> [...] somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que conjuntamente ao acesso à terra e a moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação recorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta deste. (KOWARICK, 2000, p. 22)

A Tabela 01 possibilita a apreensão da setorização e periodização da implantação dos conjuntos habitacionais em Londrina.

Tabela 01. Número de Unidades Residenciais em Conjuntos Habitacionais Construídos em Londrina – 1970 a 1992.

Região	1970/79	%	1980/89	%	1990/92	%	Total	%
Norte	8.369	54	5.577	36	1.695	10	15.641	55
Sul	938	23	2.878	70	320	8	4.136	15
Leste	1.149	27	1.606	38	1.264	30	4.190	15
Oeste	726	20	2.226	63	595	17	3.547	13
Centro	34	8	396	92	0	0	430	2
Total	11.216	40	12.683	45	3.874	15	27.944	100

Fonte: COHAB-Londrina, 2001 e COHAPAR, 2001. Extraído de Ribeiro (2002, p. 54).

Apesar do relativo grande número de novas unidades residenciais, Londrina não pôde absorver toda população que vinha para a cidade atraída pela "oportunidade" de conquistar o "sonho da casa própria". Esta foi e é, uma ideologia criada e difundida pelo Estado brasileiro para transmitir a falsa possibilidade da conquista de estabilidade e segurança à população (KOWARICK, 1993; 2000; RIBEIRO e PECHMAN, 1985; CHAUÍ, 1984). Em Londrina, esta prática foi bastante difundida por políticas de caráter populista, que atraíam a população com a idéia de que "ganhariam" casas em troca de votos[16].

Desta forma, muitas pessoas, sem acesso a moradia pela via do mercado ou do poder público, tiveram como opção a ocupação de áreas não loteadas, muitas vezes não propícias a

[1] Esta política foi bastante praticada durante os primeiros mandatos de Prefeito de Antônio Casemiro Belinatti, que, no ano de 2000, teve seu mandato cassado por várias irregularidades e desvios de recursos em sua última gestão.

moradia, ou seja, ilegais, e realizar a construção de suas habitações através do processo de auto-construção, com materiais mistos, muitas vezes encontrados em restos de construções ou em lixos.

Sobre a prática da auto-construção, tem-se que diferenciar a individual e a patrocinada pelo poder público, pois se tratam de produções de moradias diferenciadas. Sobre auto-construção incentivada pelo poder público há um intenso debate que revela vantagens e desvantagens em tal prática, pois favorece o acesso moradia aos desabrigados e reduz os gastos públicos, porém, além dos enormes sacrifícios para erguer a casa, que representam um sobre-trabalho gratuito, conforme chama Kowarick (2000), surge uma moradia destituída de serviços públicos, de péssima qualidade habitacional e, na maioria das vezes, longe do local de emprego[2].

Se já consideramos que a auto-construção incentivada pelo poder público resulta em habitações de baixa qualidade, a auto-construção livre, ou seja, clandestina, resulta no que estamos chamando neste texto de moradias precárias e dificultam a possibilidade de ação do poder público, pois tratam-se de moradias que se espacializam em diversas porções da cidade.

5. As moradias precárias em Londrina

Conforme destacou-se anteriormente, o problema da falta de moradias e/ou da produção de moradias precárias faz parte do que se chama por "Questão Urbana" que se trata de um problema estrutural vinculado as contradições do modo capitalista de produção.

Com o intenso fluxo migratório para a cidade de Londrina, sobretudo a partir dos anos de 1970, parcela considerável de população não foi absorvida pelo mercado de trabalho e teve que buscar alternativas para constituírem suas moradias, ou seja, tiveram que passar a viver em áreas com péssimas condições de vida, como em favelas, assentamentos urbanos, cortiços etc.[3] (Tabela 2)

Tabela 2. Moradias precárias em Londrina - 2003

Tipos de moradia	N.º de localizações	Lotes/famílias	Pessoas
Favelas urbanizadas (áreas aptas a regularização)	12	1088	5440
Favelas urbanizadas (áreas regularizadas)	3	677	3385
Assentamentos (áreas aptas a regularização)	11	2199	10995
Assentamentos (áreas regularizadas)	7	3209	16091
Ocupações irregulares – áreas do município	21	1377	7015

[2] Ressalte-se que Lúcio Kowarick, autor muito presente nas discussões sobre os problemas da moradia, apresenta uma mudança de interpretação, onde é absolutamente contrário a auto-construção em seu célebre livro "A espoliação urbana", que se trata de uma coletânea de textos escritos pelo autor durante os anos de 1970 e em seu livro "Escritos Urbanos" publicado em 2000, já defende que a auto-construção se trata de uma alternativa viável na atribuição de moradias à população excluída.

[3] Note-se que o termo assentamento urbano é utilizado pela Cohab Londrina, no sentido de diferenciar as produções espontâneas – favelas - das produções coordenadas por ela – assentamentos –, ou seja, áreas que são constituídas para assentar famílias que são retiradas de áreas irregulares. Porém, em muitos casos, os padrões espaciais são muito semelhantes.

Total	54	8550	42926

Fonte: Cohab - Londrina, 2003.

Observando a Tabela 2, percebe-se que se trata de um problema relativamente expressivo para a cidade, pois se tratam de 54 áreas que revelam graves problemas de falta de equipamentos urbanos de consumo coletivo, o que confere às pessoas residentes, (total de 42.926 pessoas, o que equivale a 9,60% da população total do Município de Londrina) condições precárias de vida.

No que diz respeito aos serviços e obras de infra-estrutura realizados nas áreas, percebemos que há um número considerável nas áreas definidas pela COHAB como sendo regularizadas ou aptas a serem regularizadas, porém, quanto aos demais meios de consumo coletivo, temos uma relativa carência em equipamentos básicos, como postos de saúde, escolas, creches, áreas de lazer etc, conforme se depreende do Quadro 01 e do Gráfico 01.

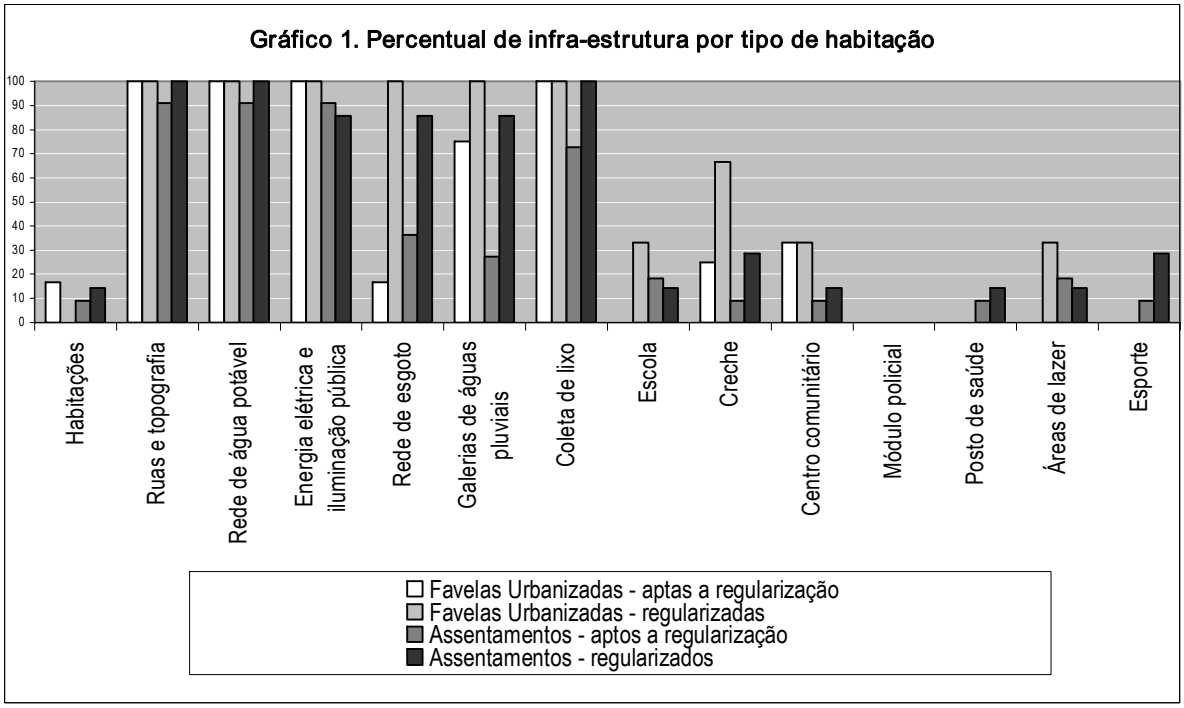
Quadro 01. Meios de consumo coletivos presentes nas favelas e assentamentos urbanos de Londrina[4] - 2003

Tipos de Moradia / Meios de Consumo coletivo	Favelas Urbanizadas aptas a regularização (12=100%)	Favelas Urbanizadas regularizadas (3=100%)	Assentamentos aptos a regularização (11=100%)	Assentamentos regularizados (7=100%)
Construção de habitação pelo poder público	2 (16,66)	0 (0,00)	1 (9,09)	1 (14,28)
Aberturas de ruas e topografia	12 (100,00)	3 (100,00)	10 (90,90)	7 (100,00)
Rede de água potável	12 (100,00)	3 (100,00)	10 (90,90)	7 (100,00)
Energia elétrica e iluminação pública	12 (100,00)	3 (100,00)	10 (90,90)	6 (85,71)
Rede de esgoto	2 (16,66)	3 (100,00)	4 (36,36)	6 (85,71)
Galerias pluviais	9 (75,00)	3 (100,00)	3 (27,27)	6 (85,71)
Coleta de lixo	12 (100,00)	3 (100,00)	8 (72,72)	7 (100,00)
Escola	0 (0,00)	1 (33,33)	2 (18,18)	1 (14,28)
Creche	3 (25,00)	2 (66,66)	1 (9,09)	2 (28,57)
Centro comunitário	4 (33,33)	1 (33,33)	1 (9,09)	1 (14,28)
Módulo policial	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)

[4] Note-se que os dados referentes às ocupações irregulares não foram disponibilizados pela COHAB-Londrina.

Posto de saúde	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (9,09)	1 (14,28)
Áreas de lazer	0 (0,00)	1 (33,33)	2 (18,18)	1 (14,28)
Esporte	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (9,09)	2 (28,57)

Fonte: COHAB-Londrina, 2003. (Organização própria)



Fonte: COHAB-Londrina, 2003.

Temos, portanto, dados que revelam uma dificuldade de acesso aos meios de consumo coletivos da cidade de Londrina, pois as pessoas que moram nestas áreas que consideramos precárias, têm dificuldades de deslocamentos para outras áreas da cidade, devido à distância e, principalmente, por não possuírem veículos para sua mobilidade.

Estes dados são ainda agravados quando observamos as localizações das moradias, sobretudo, as irregulares, pois situam-se em áreas impróprias ambientalmente, fato que ocasiona problemas de saúde e riscos de acidentes. (Quadro 02)

Quadro 02. Áreas de localização das favelas, assentamentos e ocupações irregulares de Londrina.

Tipos de Moradia / Meios de Consumo coletivo	Favelas Urbanizadas aptas a regularização (12=100%)	Favelas Urbanizadas regularizadas (3=100%)	Assentamentos aptos a regularização (11=100%)	Assentamentos regularizados (7=100%)	Ocupações irregulares (21=100%)
Áreas com casos de inundação	2 (16,66)	0 (0,00)	1 (9,09)	1 (14,28)	4 (19,04)
Áreas com casos de desabamento	2 (16,66)	0 (0,00)	2 (18,18)	0 (0,00)	3 (14,28)
Áreas de proteção de mananciais	1 (8,33)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	15 (71,42)
Áreas de Preservação permanente	4 (33,33)	0 (0,00)	2 (18,18)	0 (0,00)	15 (71,42)

Fonte: COHAB-Londrina, 2003. (Organização Própria)

Com isso, encontramos nas ocupações irregulares graves problemas relacionados a sua localização e que, por se tratarem de áreas irregulares, não podem receber investimentos públicos para a solução do abrandamento de problemas.

Mesmo com todos os problemas que são possíveis perceber, devido às campanhas publicitárias, muitos moradores que não possuem uma conscientização política, acreditam que moram numa cidade que possibilita muitos recursos para uma boa qualidade de vida.

Nas entrevistas aplicadas junto aos moradores das áreas, foi muito comum encontrar moradores que se diziam satisfeitos com suas moradias, pois tratavam-se do que melhor poderiam ter em suas vidas. No entanto, nas áreas em que se tratava de ocupações organizadas por movimentos sociais, foi possível perceber nos depoimentos registrados uma consciência que se transforma num poder de negociação com o poder público, que conduz a um sentimento de pertencimento às áreas de ocupação. Na favela Vila Marízia I, muitos moradores afirmaram que não possuíam interesse em deixar a área.

A partir disto, percebemos uma considerável diferença entre as áreas visitadas de moradias precárias de Londrina, o que permite uma discussão a respeito da terminologia utilizada pela COHAB, de Favelas, Assentamentos e ocupações irregulares.

As três formas se constituem em moradias precárias, a não ser as que são consideradas como urbanizadas, que normalmente são as mais antigas e que receberam alguma infra-estrutura (favelas e assentamentos). Porém, mesmo os assentamentos que se tratam de áreas em que as famílias foram conduzidas pelo poder público, podem ser oriundos de uma ocupação por movimento social, o que torna a nomenclatura de favela e assentamento urbano irrelevantes, pois variam suas características de área a área. Pode ser encontrada sensível diferença que se reflete na organização interna e no poder de negociação, pelo fato de serem oriundos de movimento social ou não. Porém, para tal elucidação faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre a história de formação de cada área e suas trajetórias de luta e negociação.

6. Considerações Finais

A discussão sobre as moradias precárias suscita questões que devem passar por diferentes escalas de análise, desde o local, passando pela estruturação do espaço urbano, pela rede urbana e pela escala global, de modo que se trata de uma discussão complexa e instigante.

Desta forma, o entendimento do espaço urbano, mesmo com um processo de fragmentação, possui correlações diretas entre as diversas áreas, sendo as mesmas complementares e concorrentes, simultaneamente, fato que possibilita e reforça a segregação urbana, que separa e distancia os diferentes segmentos que integram o espaço urbano, criando formas urbanas que variam de cortiços a favelas, condomínios horizontais fechados de elevados padrões de moradia. Com isso, depreende-se que o surgimento de moradias precárias está relacionado à estrutura do modo capitalista de produção que é seletivo e excludente e faz com que o espaço urbano seja produzido coletivamente, porém, apropriado seletivamente.

Como a moradia de caráter social não é interessante para o mercado imobiliário e de incorporação, esta passa a ser de competência do poder público, que promove a construção de loteamentos e conjuntos habitacionais de acordo com interesses da conjuntura de poderes vigentes, fato que facilitou a prática da política do populismo no Brasil.

Porém, como se trata de uma crise da moradia, o poder público não é capaz de fornecer e subsidiar a moradia para todos os cidadãos, o que ocasiona o surgimento de moradias com baixas condições de vida, as quais chamamos precárias. Estas podem surgir de maneiras diferenciadas, por meio de ocupações em áreas de vazio urbano, públicos e privados, em prédios e terrenos desocupados, em áreas de preservação ambiental, como encostas e fundos de vale, seja por iniciativas individuais ou coletivas, como são os casos dos movimentos sociais urbanos, que são forma de luta contra a condição de espoliação total pela qual passam muitos moradores das cidades. Seria, portanto, movimentos de lutas e resistências diante das opressões geradas pela reprodução capitalista, que exclui parcela significativa da população do acesso ao uso da cidade. Tal luta se faz através da contestação da propriedade privada da terra urbana e da pressão junto ao poder público para investimentos em meios de consumo coletivos que atendam a demanda de moradores.

Em Londrina, cidade que vende a imagem de progresso do “Norte do Paraná”, há conflitos por moradias que suscitam na formação de favelas, assentamentos e ocupações irregulares que abrigam cerca 42.960 pessoas em situação de baixas condições de vida, muitas vezes com riscos à saúde e a vida, fato que torna necessária a abertura de fóruns de discussão a respeito da moradia que chamem a atenção do poder público para este problema tão sério e que, por muitas vezes, é estrategicamente ocultado por campanhas publicitárias privadas e públicas, pois demonstram os problemas inerentes ao modo capitalista de produção através da existência do que nem de longe pode ser considerado como belo, pois se tratam de situações de vida em estado de muita precariedade.

7. Referências bibliográficas

CALDEIRA, Tereza P. do R. *Cidade de muros*: Crise, segregação e cidadania em São Paulo. (trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro) São Paulo: EDUSP, 2001. 399 p.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana.* São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590 p.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1963a. Volume 1. 226 p.

_____. *Geografia da fome*. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1963b. Volume 2. p. 217-462

_____. Geopolítica da Fome. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. volume 2. p. 221-479

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril cultural/Brasiliense, 1984. 125 p.

CORRÊA, Roberto L. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Território*, Rio de Janeiro, n.8, jan./jun. 2000.p. 102-121.

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-Lda. *Situação das favelas, assentamentos e ocupações urbanas de Londrina*. Londrina: COHAB-Lda, 2003.

JOFFILY, José. *Londres – Londrina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. 260p.

KOWARICK, Lucio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000. 143p.

_____. *A espoliação urbana.* 2ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993. 204p.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. (trad. Karen E. Barbosa) 5ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 231 p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. (trad. Sérgio Martins). Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p.

_____. *O direito à cidade*. (trad. Rubens E. Frias) São Paulo: Moraes, 1991. 148p.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. & PECHMAN, Robert M. O que é a questão da moradia. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985. 71 p.

RIBEIRO, William da Silva. *Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina*. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

SANTOS, Boaventura de S. Os Processos da globalização. In: ____. *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____ *A Pobreza Urbana*. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1979. 119p.

_____. *Economia política da cidade*: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCWARTZ, Widson. *Poder emergente no sertão*. Londrina: Midiograf, 1997.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*: diagnóstico e alternativas. 3ed. São Paulo: Contexto, 1999. 139p.

_____. *Economia política da urbanização*. 14ed. São Paulo: Contexto, 1988. 155p.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. *A urbanização da sociedade*: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odette C. de L. (orgs.) *O espaço no fim de século*: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

TOMAZZI, Nelson D. *"Norte do Paraná"*: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. 338p.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998. 371p.